

27/10/2009

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 486.027 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
EMBTE. (S) : MAGDA DO CARMO BONALDI DOURADOR
DESIMONE E OUTRO(A/S)
ADV. (A/S) : NADJA MARIA ABREU VIANA DA SILVA E
OUTRO(A/S)
EMBDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO

EMENTA: Embargos de declaração recebidos como agravo regimental.

Reajuste de vencimentos de servidores do município de São Paulo. Lei 11.722/1995. Honorários de advogado.

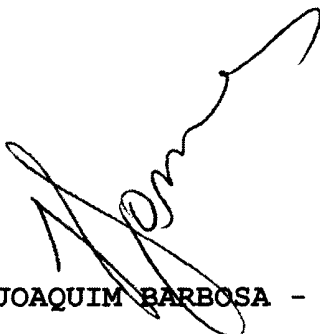
Em se tratando de causa em que vencida a Fazenda Pública (no caso o município de São Paulo), esta Corte firmou o entendimento de que a norma aplicável relativamente à fixação da verba honorária é a do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil. Assim, a título exemplificativo: RE 245.425-ED (rel. min. Sydney Sanches, Primeira Turma, DJ 18.02.2000), RE 339.793-Agr (rel. min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 14.02.2003) e AI 317.303-ED (rel. min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 27.02.2004).

Agravo regimental a que se nega provimento.

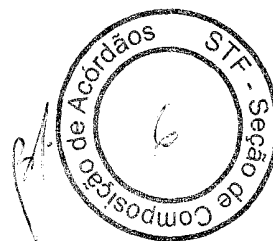
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conhecer, preliminarmente, dos embargos de declaração como recurso de agravo e, também por unanimidade, a este negar provimento, nos termos do voto do relator.

Brasília, 27 de outubro de 2009



JOAQUIM BARBOSA - Relator



27/10/2009

SEGUNDA TURMA**EMB.DECL.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 486.027 SÃO PAULO**

RELATOR : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**
EMBTE. (S) : MAGDA DO CARMO BONALDI DOURADOR
DESIMONE E OUTRO(A/S)
ADV. (A/S) : NADJA MARIA ABREU VIANA DA SILVA E
OUTRO(A/S)
EMBDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): É este o teor da decisão com que dei provimento ao agravo de instrumento (fls. 258/259):

"Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto de acórdão em que não se reconhece aos servidores públicos do município de São Paulo o direito ao reajuste salarial no mês de fevereiro de 1995 com base nas Leis 10.688/1988 e 10.722/1989, ambas revogadas pela Lei 11.722/1995.

O Plenário desta Corte, no julgamento do RE 258.980 (rel. min. Ilmar Galvão, DJ de 06.06.2003), assim decidiu:

'EMENTA: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. LEI MUNICIPAL Nº 11.722, DE 13.02.95, QUE MANDOU REAJUSTAR OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA MUNICIPALIDADE, QUADRIMESTRALMENTE, COM BASE NA VARIAÇÃO DO IPC-FIPE.

Diploma que, ao estabelecer, nos artigos 2º e 7º, a retroatividade de seus efeitos a 1º de fevereiro de 1995, ofendeu

AI 486.027-ED / SP

o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos.

Recurso provido, com declaração da inconstitucionalidade, na referida lei, do art. 2º e, no art. 7º, da expressão 'retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º a 1º de fevereiro de 1995'.'

Posteriormente, no julgamento do RE 299.799 e do RE 299.800, ambos de relatoria do ministro Sepúlveda Pertence (DJ de 05.09.2003), o Supremo Tribunal Federal reconheceu o mesmo direito aos servidores, sob o fundamento de que a irredutibilidade de vencimentos é modalidade qualificada de direito adquirido, verbis:

III. Irredutibilidade de vencimentos: garantia constitucional que é modalidade qualificada da proteção ao direito adquirido, na medida em que a sua incidência pressupõe a licitude da aquisição do direito a determinada remuneração.

IV. Irredutibilidade de vencimentos: violação por lei cuja aplicação implicaria reduzir vencimentos já reajustados conforme a legislação anterior incidente na data a partir da qual se prescreveu a aplicabilidade retroativa da lei nova.'

Dessas orientações divergiu o acórdão recorrido.

Do exposto, e com base no art. 544, § 3º e § 4º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao agravo e o converto em recurso extraordinário, para, nos termos do art. 557, § 1º-A, do referido diploma legal, dele conhecendo, dar-lhe provimento, julgando procedente o pedido constante da inicial, excluídas as parcelas eventualmente prescritas, e condenando o agravado nas custas e em honorários de advogado que fixo em dez por cento do valor atribuído à causa devidamente atualizado."

AI 486.027-ED / SP

A essa decisão, opõem-se embargos de declaração em que se alega que a decisão agravada não é clara, ao determinar o pagamento de honorários sobre o valor da causa, e não sobre o valor da condenação.

Havendo mantido a decisão agravada, trago o agravo para julgamento da Turma.

É o relatório.

AI 486.027-ED / SP**V O T O**

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Recebo os presentes embargos de declaração como agravo regimental.

Sem razão a parte agravante.

Com efeito, em se tratando de causa em que vencida a Fazenda Pública (no caso o município de São Paulo), esta Corte firmou o entendimento de que a norma aplicável relativamente à fixação da verba honorária é a do § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, segundo o qual *"nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior"*. Assim, a título exemplificativo: RE 245.425-ED (rel. min. Sydney Sanches, Primeira Turma, DJ 18.02.2000), RE 339.793-AgR (rel. min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 14.02.2003) e AI 317.303-ED (rel. min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 27.02.2004).

Do exposto, nego provimento ao presente agravo.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA**EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 486.027**

ORIGEM : AC - 1256775900 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

EMBTE.(S) : MAGDA DO CARMO BONALDI DOURADOR DESIMONE E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : NADJA MARIA ABREU VIANA DA SILVA E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, preliminarmente, por votação unânime, **conheceu** dos embargos de declaração **como** recurso de agravo, a que, também por unanimidade, **negou** provimento, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 27.10.2009.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador